

Alberto Dines e o papel da crítica jornalística na imprensa brasileira¹

Diana de AZEREDO²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese da contribuição de Alberto Dines para pensar sobre o jornalismo brasileiro. A ênfase é dada para suas reflexões acerca da crítica de mídia, área na qual foi o precursor no país. Ao ter como ponto de partida a biografia e as principais obras do jornalista, segue-se registrando as suas ideias sobre liberdade de imprensa e autorregulamentação da imprensa. Como estratégia metodológica, utiliza-se o estudo de caso, considerando o autor, a produção e o contexto produtivo. Devido às limitações de espaço, objetivo é propor um registro das ideias que marcam a trajetória de Dines como um praticante e um observador do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Alberto Dines; jornalismo; crítica; história.

O JORNALISTA, O OBSERVADOR E O CIENTISTA

Alberto Dines faleceu, aos 86 anos, devido a uma pneumonia, em 22 de maio deste ano. Nunca se disse cientista. Chamou a si mesmo de “experimentador”. “Vale dizer que, no máximo, pratico ciência, não a formulo”, alertou já na introdução de sua obra clássica (DINES, 1977, p. 3). Uma década depois, outra grande referência na pesquisa em jornalismo e também falecido neste ano (20 de junho), Melo (1986, p. 12) reconheceu a “nítida vocação científica” de Alberto Dines. E cita a carreira profissional do jornalista para confirmar seu apontamento.

Filho de imigrantes judeus poloneses, Dines nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1932. Ao completar 85 anos, foi homenageado com um livro que reúne ensaios a respeito de seus temas preferidos. Na obra, Milgram e Koifman (2017) resumem a biografia de Dines. Segundo eles, como filho de escriba e, após ser matriculado na

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista Capes, e-mail: azeredo_diana@yahoo.com.br

Escola Popular Israelita Brasileira Scholem Aleichem, desenvolveu sua paixão pelas letras (impressas e desenhadas) por meio da literatura.

Foi durante uma visita do escritor Stefan Zweig ao colégio, quando Dines era um estudante de oito anos de idade, que uma semente foi plantada: quatro décadas depois, em 1981, o jornalista brasileiro lançou a biografia “Morte no Paraíso”, relatando parte da vida e da obra do intelectual judeu, oriundo da Áustria. O tema acabou se tornando uma obsessão para Dines, que assinou quatro edições revistas e ampliadas do livro³.

Ele ainda foi o responsável por fundar a Casa Stefan Zweig⁴. Localizada no Rio de Janeiro, abriga também um memorial em homenagem a outros refugiados do nazismo que residiriam no Brasil. Dines coordenou o levantamento de 200 biografias de exilados ilustres, que contribuíram para o desenvolvimento nacional, com conhecimentos em áreas como arquitetura, artes plásticas e literatura. O arquivo chama-se “Canto dos Exilados”.

Outras obras de autoria de Dines são “O Baú de Abravanel: uma crônica de sete séculos até Sílvio Santos”, “Vínculos do fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil”, “Posso?” (coletânea de contos), “Erico Verissimo: História e Literatura” e “E por que não eu?”. Milgram e Koifman (2017) listam ainda 11 produções coordenadas e/ou organizadas por ele, 10 livros assinados em parceria com outros autores, 20 artigos publicados em anais, revistas ou livros e 42 textos que incluem prefácios, apresentações, posfácios, entrevistas e memórias.

Dines iniciou a carreira no jornalismo aos 20 anos de idade. Adquiriu experiência trabalhando nos jornais Última Hora, Diário da Noite e Correio da Manhã e nas revistas A Cena Muda, Manchete, Fatos e Fotos e Visão. Abreu (2017) relata que ele fez um curso na Universidade de Columbia e realizou estágio em jornais dos Estados Unidos. Nesse contato, teria aprendido a defender a “ética do jornalismo liberal americano – uma ética ainda fora de lugar no Brasil” (KUCINSKI, 2017, p. 45).

Com essa perspectiva, foi editor-chefe do Jornal do Brasil durante 12 anos, onde ajudou a implementar uma mudança gráfica e editorial que marcou a imprensa brasileira (e foi seguida por outros veículos da época)⁵. No JB, inaugurou a crítica de mídia nacional

³ Existe uma controvérsia em relação à morte do casal Zweig e, em decorrência disso, o escritor e psicólogo Jacob Pinheiro Goldberg questiona o trabalho de apuração de Dines e as afirmações contidas na biografia “Morte no Paraíso”. Mais detalhes podem ser conferidos no *link*: <http://jacobpinheirogoldberg.blogspot.com.br/2009/07/resposta-alberto-dines.html>

⁴ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: http://www.casastefanzweig.org/index.php?language=pt_br

⁵ Abreu (2017) explica que a reforma no JB durou 10 anos e envolveu diferentes jornalistas (um grupo criava e outro consolidava as alterações). Entre as inovações, Dines foi o responsável por aumentar o destaque às fotos, delimitar a quantidade de anúncios na capa e instituir a reunião de pauta (até então, inexistente nas redações brasileiras).

e sistemática no suplemento chamado inicialmente “Cadernos de Jornalismo” e, depois, “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”. Foi demitido da empresa antes de publicar um texto que, depois de aprimorado, se tornou o clássico livro “O papel do jornal”. A demissão ocorreu porque o então editor desobedeceu a ordem de não divulgar manchete⁶ sobre a derrubada do governo de Salvador Allende, no Chile, pelo golpe militar.

O jornalista seguiu fazendo crítica de mídia nas colunas “Jornal dos Jornais” (Folha de S. Paulo), “Jornal da Cesta” (O Pasquim), “Pasca Tasca” (O Pasquim de São Paulo) e “Circo da Notícia” e “Observatório” (Revista Imprensa). Também trabalhou na Editora Abril, fez crônicas para a Rádio Capital e artigos para jornais nacionais e estrangeiros. Lecionou as disciplinas de “Jornalismo Comparado” e “Teoria da Comunicação” na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) entre 1963-1973, foi professor-visitante na Escola de Pós-Graduação em Jornalismo na Universidade de Columbia em 1974-1975 e ajudou a fundar o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor) na Universidade de Campinas (Unicamp) em 1994.

Dois anos depois, tendo voltado de Portugal, onde ajudara a fundar o Observatório da Imprensa português, Dines, juntamente com os professores Carlos Vogt e José Marques de Melo, parceiros do LabJor, deu início ao site Observatório da Imprensa⁷. Fórum permanente de debate sobre a mídia, a página reúne textos de jornalistas, cientistas e leitores comuns. Além das manifestações escritas, as mensagens são transmitidas por meio de vídeos e áudios (programas de TV e rádio, que chegaram a circular em canais de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul). Entre agosto de 1997 e março de 2000, era veiculada a versão impressa, patrocinada pela Xerox do Brasil e distribuída mediante assinatura gratuita.

Conforme Egypto e Malin (2008, p. 178), “o *OI* converteu-se numa história de sucesso feita com meios franciscanos e conceitos poderosos”. Com o trabalho de profissionais contratados e colaboradores eventuais, o objetivo era, ao mesmo tempo, promover um fórum de debates e fazer um veículo jornalístico que abordasse o jornalismo. Em 1996, sua periodicidade era mensal. No mesmo ano, passou a ser quinzenal. Atualmente, é diária. As manifestações vindas do público, desde que tratem

⁶ A capa, juntamente com um texto avaliativo do jornalista Mário Magalhães, pode ser conferida no link: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2013/09/11/exclusivo-bloqueado-pela-censura-o-jornal-do-brasil-saiu-sem-manchete-no-dia-seguinte-ao-golpe-40-anos-depois-alberto-dines-conta-qual-seria-o-titulo-proibido/>

⁷ Página acessível em: <http://observatorioidaimprensa.com.br/>

sobre a cobertura midiática e não contenham ofensas pessoais, intolerâncias ou apologia a preconceitos, são conferidas e publicadas.

Os autores sublinham que o projeto idealizado e colocado em prática por Dines é incompleto. A pretensão é fornecer “chaves de compreensão” para que as pessoas não leiam mais o “jornal do mesmo jeito” (EGYPTO; MALIN, 2008, p. 183). Por meio dessa iniciativa, “o *media criticism* deixou de ser mais um exercício acadêmico para assumir o status de ação social exercida em nome da cidadania” (EGYPTO; MALIN, 2008, p. 182). Além disso, ambos enfatizam as ações do Observatório em defesa da criação do Conselho de Comunicação Social e do Código de Ética do Jornalismo.

JORNALISMO EM SITUAÇÃO DE CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

A fim de compreender a contribuição de Alberto Dines para o entendimento do jornalismo como ciência, é imprescindível iniciar pela abordagem de sua obra clássica. Em “O papel do jornal”, cuja primeira edição foi lançada em 1974, o pesquisador dedica-se a explicar as causas da crise instaurada no jornalismo brasileiro. Começa por identificar a natureza mutante da prática jornalística enquanto atividade humana. Para ele, o desenvolvimento da humanidade (e, conseqüentemente, da comunicação) ocorre em um movimento pendular de crescimento, maturação e contenção. Ou seja, é inútil esperar uma evolução linear, constante.

Segundo ele, no Brasil, a produção e a circulação de periódicos passaram por diferentes fases. Iniciaram com o “beletrismo”, quando o jornalismo era considerado um “subproduto da literatura – a literatura sob pressão, como definiu Alceu de Amoroso Lima” (DINES, 1977, p. 8). Entre 1940 e 1960, as mudanças na sociedade (retomada industrial, reabertura política) resultaram em jornalistas mais preocupados com a funcionalidade e a eficiência. De acordo com Dines (1977, p. 8), a objetividade e o uso do *lead* marcaram a “fase de ouro do jornalismo brasileiro”.

Durante os anos 60, a televisão alcançou seu primeiro auge e a proposta de especialização ganhou força em todos os meios. Na década seguinte, a multidisciplinaridade voltou a ser valorizada e traços da subjetividade humana, subestimados em função de doutrinas, técnicas e programas empresariais, passaram a ser novamente enaltecidos nas redações. É neste contexto que Dines (1977, p. 10), em sua experiência de professor universitário, promoveu ações em parceria com psicólogos e educadores, a fim de sensibilizar os universitários para as humanidades.

Para o estudioso, a abertura do jornalismo para a multidisciplinaridade e para “tantos polos de irradiação de força” (DINES, 1977, p. 11) caracterizaram os anos de 1970. Convergiram no mesmo sentido da distensão política anunciada pelo governo do general Ernesto Geisel. A ditadura militar, vale frisar, integrou o cenário brasileiro e influenciou na forma de fazer e perceber o jornalismo, tópico aprofundado mais adiante.

Por ora, é necessário fazer menção à situação econômica que tensionou a atividade jornalística neste período. A crise ambiental, do petróleo e da fabricação do papel interferiu negativa e diretamente no jornalismo. “Estamos vivendo não apenas uma, mas várias crises concêntricas”, alertou Dines (1977, p. 18). Segundo ele, porém, identificar o problema não deve ser motivo para a generalização do pânico paralisante. Em vez disso, a reflexão proposta visou a encontrar soluções possíveis para o caso brasileiro. “Jornais com menos papel podem ser melhores jornais”, observou Dines (1977, p. 19). Como? Mantendo uma postura de honestidade em relação ao leitor, a começar pelos custos da empresa jornalística e do produto final.

Se o negócio do jornalismo é caro, se a informação isenta e imparcial deve ser valorizada por um preço, este preço tem de ser enfrentado, não pode ser escamoteado ao público. O leitor só reage ao aumento do preço de venda avulsa quando sente que o jornal não vale, quando percebe que os anúncios compram opinião e que esta se põe a serviço do poder. (DINES, 1977, p. 26).

O autor explica que a economia de uma empresa jornalística deve considerar os gastos com papel, profissionais (talento) e maquinaria. Há também os custos com distribuição e venda. Ao abordar esse aspecto, o jornalista fez uma crítica aos responsáveis pela agência de correios e aos donos de banca que cobravam muito por um serviço nem sempre bem prestado.

Ao dividir os problemas do jornalismo impresso em 3 E’s (econômicos, estratégicos e estilísticos), Dines (1977) defendeu que o jornal seja, financeiramente, dependente do leitor. A publicidade deve ser adequada ao perfil dos leitores, mas não pode determinar o conteúdo das matérias para agradar aos interesses dos anunciantes.

“A pendência empresa *versus* imprensa existe apenas para quem não sabe valorizar o jornalismo. A empresa deve servir de base à instituição pública que é um jornal e este, quanto mais bem feito, mais independente e influente, melhor servirá à empresa”, ensinou Dines (1977, p. 115). Exatamente 20 anos depois, o estudioso continuou sinalizando para os problemas de misturar marketing e jornalismo.

Seguiu, inclusive, criticando os interesses empresariais imediatos que, quando priorizados, colocam em risco o exercício jornalístico. “Essa impaciência e onipotência de proprietários de jornais têm levado muitos veículos ao desatino”, sentenciou Dines (1977, p. 40) para insistir no alerta: “a busca de resultados imediatos empobrece o jornalismo brasileiro” (DINES, 1997, p. 38). De acordo com ele, a imitação de modismos importados de instituições estrangeiras, sem considerar a realidade nacional, conduz à homogeneização da imprensa – o que é extremamente prejudicial.

Por isso, ao abordar o “E” de “estratégia”, o autor defendeu a especialização como um caminho para lidar com a crise. Seria necessário, conforme ele, encontrar o espaço aberto na cobertura de outros jornais para divulgar a informação inédita. Em 2012, ampliou essa reflexão durante o programa “Roda Viva”. Avaliou que faltava controvérsia entre coberturas de diferentes jornais. Além da inexistência de pluralidade, outro grande problema identificado foi a falta de debate. “Essa é a função da imprensa: debater, dar a notícia, debatê-la, renová-la, contraditá-la” (DINES, 2012, s/n).

Pensando em estratégia, previu, no final da década de 70, que os veículos locais e regionais tinham grande chance de se desenvolver, absorvendo jornalistas recém-formados. “A imprensa provincial, especialmente, pode vir a ser o maior incentivador do processo cultural brasileiro” (DINES, 1977, p. 133). “É no jornalismo regional, estadual, que se pode fazer muita coisa. (...) a renovação da imprensa deve começar no pequeno e no médio jornal”, repetiu Dines (1981, p. 26).

Outras táticas sugeridas pelo professor são: investimento em setor de pesquisa (com possibilidade de compreender situações históricas e antecipar novidades), estabelecimento de vínculo com escolas (o Jornal do Brasil foi o pioneiro nessa estratégia, ao criar um Departamento Educacional na redação e produzir publicações voltadas a professores e estudantes). Aconselhou a valorização do profissional culto e experiente e a contratação de correspondentes para cobrir outros países (especialmente, na fronteira).

Conforme Dines (1977), uma das principais funções da imprensa é chamar o cidadão à responsabilidade. Eximir-se desse papel é uma atitude perigosa tanto em tempos de crise quanto em períodos de calmaria. “Uma corajosa menção aos problemas e às suas causas explicará os programas empreendidos para saná-los e levará a sociedade a uma parceria construtiva” (DINES, 1977, p. 127).

Por fim, como estratégia, o pesquisador alertou para os riscos do vínculo entre imprensa e poder governamental⁸. Segundo ele, essas relações corrompidas existem desde a Proclamação da República. Porém, é preciso lutar contra elas. O jornalista deve manter uma postura de distanciamento, mesmo arriscando-se a soar deselegante ao recusar convites para festas, por exemplo. Essa é uma estratégia que visa a romper os laços que impedem o pleno exercício jornalístico.

Sobre o “E” de “estilo”, a principal lição é criatividade para reagir. Ainda que pareça um conselho “estratégico”, a leitura completa da obra e de ensinamentos posteriores remete a conceitos mais específicos, relacionados à apresentação gráfica e ao tom da narrativa escolhido pelo veículo. O autor explica, por exemplo, a importância de manter a coerência, a ligação temporal entre as matérias e a organização visual a fim de aproveitar a característica periódica do jornal.

Dines afirmou ser favorável ao jornalismo investigativo, interpretativo e analítico, combinado ao depoimento pessoal do repórter. Chamou a atenção para a valorização do trabalho de campo em vez do de gabinete, questionou a validade do excessivo gasto de papel e impressão com a editoria de serviços (listas de aprovados em vestibular...) e propôs que os cortes em textos fossem feitos por meio do “buril” (com cuidado, discernimento) e não da “foice” (comprometendo, muitas vezes, informações importantes).

Analisando a mídia brasileira 20 anos depois, Dines (1997, p. 40) criticou a “juvenilização da imprensa”, com a oferta de conteúdos pobres e simplistas, como se o jovem fosse também idiota. Reprovou o culto às celebridades de sucesso meteórico e a priorização do entretenimento superficial em vez da cultura.

Disse que os jornais estavam tentando imitar os canais de televisão comercial e ponderou que essa atitude era um erro, inclusive, na tentativa mal feita de segmentar a informação. “O velho jornalão está hoje pulverizado em jornaizinhos”, comentou Dines (1997, p. 39). Em 2012, reclamou que o jornal impresso estava “espremido por colunas” (DINES, 2012, s/n) e necessitava arejar sua diagramação.

⁸ Conforme o jornalista, historiador e professor universitário Juremir Machado da Silva, Alberto Dines, logo no início do golpe militar, em 1º de abril de 1964, demonstrou ser favorável à ditadura. Ele cita o livro “Os idos de março e a queda de abril”, em que Dines defende a tomada do governo. Como o objetivo, neste artigo, não é avaliar a obra ou a postura do Jornal do Brasil durante 1964-1985, fica o registro e os *links* para os textos do Juremir, caso o leitor queira aprofundar o conhecimento sobre o tema: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/07/4557/ate-alberto-dines-apoiou-o-golpe-de-1964/> e <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2014/03/5741/o-peleguismo-primario-de-alberto-dines-interventor-da-ditadura-e-personagem-confiavel-para-o-sni/>

Sobre a relação do impresso com outros meios, Dines (1977) citou o teórico Wilbur Schramm para explicar as especificidades de cada um. Não tardou a tranquilizar os ânimos de quem temia o desaparecimento do rádio, da revista e do jornal quando a televisão emergiu. “Veículos não se extinguem como tal, transformam-se” (DINES, 1977, p. 31). Além do temor da extinção, o pesquisador combateu a tentação de mimetizar o formato da televisão. Insistiu que era possível se valer das diferenças para, no caso do impresso, aprofundar temas superficialmente abordados nos noticiários da TV.

Apostar no fortalecimento da identidade do jornalista foi o incentivo do professor. De acordo com ele, a profissão é uma atividade intelectual que requer tomada rápida de decisões e um perfil, calado ou expansivo, mas de espírito inquieto, inconformado. Apesar de enaltecer as qualidades do jornalista, percebendo nele, “em última análise, um educador” (DINES, 1977, p. 117), pontua que ninguém é semideus. As virtudes, além de não serem identificáveis em todos os profissionais, muitas vezes são resultado de experiências dolorosas, desenvolvidas ao longo da carreira no convívio com os outros e acompanhadas de ônus.

Cada componente positiva do comportamento jornalístico tem a sua contrafação negativa. O intransigente compromisso com a verdade torna o jornalista teimoso, inflexível. O comprometimento com a causa pública torna o jornalista incômodo e aparentemente antissocial. A detecção permanente e devidamente antecipada dos gostos, tendências e motivações coletivas, desgasta-o mais depressa que ao cidadão que vai no seu caudal. (DINES, 1977, p. 123).

Essa identidade profissional, combinada às peculiaridades de cada indivíduo, deve convergir para o cumprimento do objetivo: fechar a edição do dia. “Dizer que jornal é trabalho de equipe é dizer muito pouco. Jornal bem sucedido é trabalho de uma orquestra de personalidades diferentes ou mesmo antagônicas, porém complementares, harmonizadas e equilibradas por normas ou metas comuns”, sintetizou Dines (1977, p. 48).

Ao final da obra, o autor dedicou seis páginas para divulgar uma coletânea de conselhos, destinados a profissionais da imprensa, feita pelo jornalista e editor responsável pela editora Artenova, Álvaro Pacheco. Essa “doutrinação cotidiana” (DINES, 1977, p. 143), oriunda da experiência dos repórteres, desenvolvida dentro da empresa jornalística e voltada ao aprimoramento da própria instituição, vai originar os manuais de redação e estilo. Em um segundo movimento, vão contribuir para a elaboração da dimensão secundária de teorias e da consolidação do jornalismo como ciência.

CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Quando os militares tomaram o Governo do Brasil em 1º de abril de 1964, Alberto Dines estava com 32 anos e já trabalhava como jornalista há 12. As duas décadas seguintes coincidiram com o auge de sua carreira na imprensa e com a ditadura no país. Por isso, ao dar lições sobre jornalismo, é comum propor reflexões sobre a censura e a liberdade de expressão.

O que não pode haver numa sociedade que busca a perfeição econômica, social e política é o espírito de “dedo no gatilho” contra a imprensa. Se um jornal cutucou um fato desconfortável, não é motivo para que seja fechado ou silenciado. Mais lícito seria mandar investigar e punir os responsáveis pelo fato que gerou a denúncia. Se um jornalista foi insistente demais em denunciar algum escândalo, mesmo numa empresa privada, não é motivo para pedir a censura sobre ele. A explicação, o desmentido, a resposta à altura são mais dignos que o silêncio imposto pela censura. Quando governos e elites compreenderem isto, os jornalistas serão entendidos. E poderão ser melhores jornalistas. (DINES, 1974, p. 124).

Em entrevista a Moacir Pereira, Dines (1981) relata que, em 1968, quando o Ato Institucional nº 5 foi promulgado pelo general Costa e Silva e as manifestações contrárias à ditadura militar passaram a ser duramente combatidas, a imprensa começou a ser censurada previamente. No Jornal do Brasil, dois oficiais do Exército permaneciam dentro da redação para conferir a elaboração da edição. Caso identificassem uma matéria desfavorável aos interesses do Governo, ordenavam a substituição por outro texto. Não era permitido deixar o espaço em branco a fim de alertar o leitor para a publicação censurada.

Na primeira edição do JB produzida sob censura, Alberto Dines, então editor-chefe, com o aval do diretor do jornal, coordenou uma veiculação histórica⁹. Na capa, um pequeno quadro trazia uma previsão meteorológica curiosa: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras¹⁰” (JORNAL DO BRASIL, 1968, p. 1).

Somada ao texto de cobertura da promulgação do AI 5, no qual era enfatizada a data da decisão (“sexta-feira 13”), a estranha previsão teve o objetivo de servir de alerta

⁹ Disponível no link:

<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19681214&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

¹⁰ Apesar de a sede do Governo estar situada em Brasília desde 1960, a decisão sobre a promulgação do AI 5 ocorreu no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

implícito aos leitores. A censura estava ocorrendo. E era necessário avisar o público, transmitindo uma mensagem sutil, que não seria identificada pelos censores. Nesta edição de 46 páginas, há outros sinais e ironias que passaram despercebidas aos fiscais (mas, não aos leitores e aos registros históricos sobre o jornalismo brasileiro).

Pela análise de apenas uma edição, é impossível dimensionar as tentativas de resistência à censura empenhadas pelos jornalistas. Porém, em seus relatos, Dines (1981, p. 20) lembra da experiência como um ato de heroísmo: “não sabíamos o que ia acontecer, mas estávamos certos de ter realizado algo importante”.

E tendo experimentado intensamente a repressão dos “anos de chumbo”, ele, que lançou livros sobre a inquisição católica, explica que a ditadura militar não pode ser vista como uma exceção na história da imprensa brasileira. Houve censura, segundo o estudioso, de 1500 a 1808, quando o país era colônia portuguesa. Mesmo após a retomada democrática, a mídia passou a ser controlada de outra forma: pela iniciativa privada e pela autocensura.

Em 1981, criticou as mensagens uníssonas dos jornais, a redação autocensurada e a falta de isenção causada pelas tentações do poder econômico. “Antes, os controles vinham de cima, autoridades civis e militares ou donos de empresas a elas associados, enquanto hoje a distorção e a manipulação muitas vezes são de origem corporativa (...) ou, simplesmente, conveniências pessoais”, avaliou Dines (1986, p. 21). Em 2008, apontou a ditadura do marketing como o grande problema na mídia nacional.

Na retomada democrática, Dines (1986, p. 21) arriscou a previsão de que “a pretendida democracia irá medir-se, obrigatoriamente, pelo padrão de comportamento de nossos veículos de comunicação”. Após uma década, já apontava um dos principais impedimentos ao desenvolvimento político nacional: “Até que ponto o *denuncismo* obsessivo da imprensa, nem sempre fundado em *apuração* rigorosa dos fatos, vem *atemorizando* os cidadãos e minando a sua confiança na democracia e na liberdade de expressão?” (DINES, 1997, p. 13, grifo do autor).

Portanto, para ele, o prejuízo ao jornalismo livre não se limitava à censura militar ou à escassez de papel para imprimir informações. Interesses monetários, ideologias corporativas e falta de apuração são laços que amarram jornalistas e impedem a transmissão informativa comprometida com a cidadania.

O compromisso de jornais e jornalistas é com a informação. Seu empenho nesta tarefa faz, de um jornal qualquer, um jornal livre, logo um grande jornal. Uma nação de grandes jornais é uma grande nação.

Sem este valor intrínseco, sem este quilate que advém de um entendimento superior das suas funções, um jornal, por melhor que seja organizado e construído, será apenas um catálogo de notícias. (DINES, 1977, p. 142).

Por fim, ao defender o diploma do jornalista, quando ocorreu formalmente a primeira tentativa de derrubá-lo na década de 1980, o autor, na reedição de sua obra clássica, reforçou a defesa da liberdade de imprensa. Argumentou que a exigência do curso universitário não era um ataque à manifestação livre. O impedimento à liberdade de expressão, para ele, eram a exploração na venda de impressos e as concessões de canais de televisão e emissoras de rádio no Brasil, que priorizavam políticos e empresários com grande poder aquisitivo.

ENSINO UNIVERSITÁRIO E AUTOCRÍTICA MIDIÁTICA

Apesar de nunca ter feito graduação, o ex-professor universitário defendeu a academia. Reconheceu que o contato com estudantes, mesmo na condição de mestre, contribuiu muito na sua formação profissional e humana. Foi na universidade que encontrou a chance de sistematizar sua experiência como jornalista.

É na sala de aula, no exercício da teoria e na avaliação da prática, que o profissional pode enxergar mais longe. A reflexão não precisa necessariamente ser convertida em pomposas doutrinas mas pode converter-se em conceitos e, sobretudo, ideais. Não existe melhor lugar para usinar a prática com a teoria do que a universidade. (...) Existem técnicas jornalísticas e filosofias do jornalismo que precisam ser trabalhadas conjuntamente, longe da correria dos “fechamentos”, das injunções e precariedades do dia a dia. A sala de aula, conveniente e necessariamente equipada – em termos materiais como humanos – é insubstituível para fundir ética com técnica, ideal com real, de modo a impedir que algumas vestais, quando lhes dá na veneta, atribuam-se o papel autoritário do pontificar sobre o que é certo ou errado. A campanha contra o ensino do jornalismo, a pretexto de proteger a imprensa do abominável licenciamento, na verdade, inspira-se em aberração autoritária ainda maior – a crença de que o jornalismo é apenas “vocação” sem compromissos maiores com a sociedade, missão para alguns iluminados escolhidos por outros coleguinhas iluminados que galgaram o poder ou o receberam de mão beijada. (DINES, 1986, p. 22).

É essa compreensão que o autoriza, dez anos mais tarde, a chamar a atenção para o risco de as universidades transformarem manuais de redação em bíblias e reforçarem “vícios no lugar de exportar suas virtudes” (DINES, 1997, p. 46). Ele enfatizou que a demanda empresarial não pode ditar o ritmo e o conteúdo do ensino acadêmico. “A escola

de jornalismo deve converter-se em inspiração para o mercado”, afirmou Dines (1997, p. 47).

Na defesa da liberdade de imprensa, Dines (1974, p. 120-121) argumentou a favor da autorregulamentação: “comitês profissionais ou acadêmicos para julgar os erros éticos dariam também às classes envolvidas um salutar espírito disciplinar, um verdadeiro “esprit-de-corps”, antipaternalista e protetor”. Seguiu com esse pensamento quase 40 anos depois, ao salientar que os jornalistas não deveriam esperar que o Governo regulamentasse sua atividade profissional ou instituisse um conselho. “Temos que criar o clima para que a lei seja produzida” (DINES, 2012, s/n).

E esse “clima” seria a disposição para a autocrítica. “O jornalismo é um exercício crítico permanente ao qual todos devem ser submetidos, sobretudo o próprio jornalismo. Quando a imprensa se exclui do debate torna-se automaticamente suspeita”, escreveu Dines (2006, s/n). Para ele, ampliar os canais de participação popular e a conscientização da audiência quanto aos bastidores da mídia é imprescindível para a democracia. Porém, é difícil que a iniciativa em prol da lisura seja tomada pelos veículos de comunicação.

“A imprensa brasileira jamais prestou contas à sociedade que lhe outorgou condições para executar seu poder”, provocou Dines (1986, p. 148). Conforme o precursor da crítica midiática nacional, a ausência de profissionais como o *ombudsman*¹¹ prova a dificuldade de jornalistas cobrarem de si mesmos a qualidade rigorosa e a transparência competente que cobram de outros profissionais.

É necessário, de acordo com ele, resistir à arrogância e promover a autoanálise, a admissão dos erros e a prestação de contas. O compromisso é coletivo. “A crítica da imprensa tem que ser uma atitude conjunta da imprensa. Toda imprensa tem que se autoexaminar” (DINES, 1981, p. 18). Ele, que criou o LabJor e o Observatório da Imprensa com o objetivo de realizar essa crítica, ensinou que ela requer as mesmas “condições ambientais” do exercício jornalístico: “atualidade, esmero, empenho, referências, equilíbrio, pluralismo, constância” (DINES, 2008, p. 8).

Egypto (2017) ao fazer referência a essas lições, lembrou que o jornalismo é fundamental para equilibrar poderes e promover a democracia. Trata-se de uma atividade socialmente necessária. Essa imprescindibilidade justifica o compromisso do

¹¹ Jornalista contratado para responder manifestações (elogios, reclamações e dúvidas) do público e para publicar uma avaliação (geralmente, semanal) das publicações do veículo para o qual trabalha. Atualmente, no Brasil, os únicos jornais que possuem *ombudsman* são a Folha de S. Paulo e O Povo.

Observatório da Imprensa em qualificar o debate público sobre a mídia. “Por isso a luta de uma vida inteira de Alberto Dines em favor de uma mídia jornalística forte, plural e diversificada. Como deve ser. Como a sociedade requer e precisa” (EGYPTO, 2017, p. 66).

O JORNALISMO, CONFORME O PRÍNCIPE

Especificamente, “jornalismo é a busca de circunstâncias”, definiu Dines (1977, p. 7). Ampliando o conceito, após uma década, ponderou que não estava se referindo à superficialidade. “O jornalismo é a técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias” (DINES, 1986, p. 18). Já no novo milênio, Dines (2012, s/n) decretou: “jornalismo é pulsação, inspiração e ciência. Você tem que estudá-lo como ciência, mas praticá-lo como artista”.

Conforme o pesquisador, o exemplar impresso reflete anseios, dúvidas, versões históricas (nem piores, nem melhores) dos emissores e receptores. “Jornal é, ao mesmo tempo, espelho e miragem da sua audiência, caricatura e ideal de seus leitores”, escreveu Dines (1986, p. 21).

O jornalista e o leitor, assim, fazem parte de um mesmo bolo social; são, em última análise, a mesma coisa. É por esta razão que não se pode dizer que a imprensa de determinado país ou região é ruim ou boa. Ela é um reflexo e um segmento da própria sociedade a que serve. Jornalista e leitor são os que melhor se entendem e sintonizam, pois se os primeiros são treinados para sentir as necessidades do último, este foi domesticado para receber aquilo que certamente lhe agradecerá. Jornalista é o leitor em função de emissão. (DINES, 1977, p. 44-45).

Aprimorou essa afirmação ao explicar, vinte anos depois, que o jornal deve ser um espelho polido a fim de “representar não só a imagem do que está refletido, mas aquilo que o objeto gostaria de parecer. A imprensa não deve ser reprodução exata do país que a produz. Tem que ser melhor – para servir de estímulo e fornecer os desafios” (DINES, 1997, p. 16).

Ao analisar a postura midiática durante e após a ditadura militar, percebeu o “medo de servir plenamente à sociedade. (...) Nos dois momentos, as mesmas circunstâncias e falta de convicção no papel do jornal e da imprensa em geral” (DINES, 1986, p. 19). Ele insistiu em frisar a importância da consciência do compromisso jornalístico entre os profissionais.

Os jornais não alcançam grandes vendas e, portanto, não possuem grandes tiragens, porque estes jornais não são feitos para atender a todas as necessidades de seus leitores. Essas necessidades são: independência, isenção, etc. Para falar em termos comerciais, os jornais fazem um produto que não atende ao mercado. (DINES, 1981, p. 15).

Cerca de 15 anos depois, o crítico não creditou mais o esquecimento do leitor à ingenuidade ou ao amadorismo profissional. “Continuamos achando que o leitor não sabe, não deseja, nem merece saber. Transposição do elitismo mandonista dos tempos coloniais. (...) Do desrespeito para com a inteligência do leitor resulta a arrogância do nosso jornalismo” (DINES, 1997, p. 36).

Em 2012, examinando a situação atual da imprensa brasileira, declarou que estava muito tecnicista e pouco vibrante. Negou saudosismo, mas disse que, no passado, os jornais transmitiam mais entusiasmo. Para ele, o que faltaria no país era um jornal semanal para “amarrar o fluxo excessivo informativo da internet” (DINES, 2012, s/n).

Apesar de soar normativa, a compreensão de jornalismo do autor não pode ser ignorada. Ao marcar a sua carreira pela crítica de mídia, Alberto Dines inevitavelmente tende a salientar aspectos negativos e apontar caminhos para a melhoria do exercício jornalístico. Nessa condição de analista, inclusive, negou ter cometido algum erro (DINES, 2012, s/n). Ele afirma que seu livro clássico foi “uma das primeiras tentativas de somar experiência com reflexão resistindo à tentação de fazer ciência” (DINES, 1986, p. 17). No parecer de Melo (1986, p. 10), porém, trata-se muito mais do que isso.

Ao escrevê-lo, o jornalista captou os dados fundamentais do momento histórico – a crise da imprensa no bojo da crise econômica internacional (escassez de papel, escassez de petróleo) e da crise política nacional (esgotamento do regime militar instaurado em 1964). Mas não se limitou a isso. Interpretou sistematicamente as variáveis da conjuntura e as articulou com as tendências observadas no movimento da imprensa brasileira para identificar traços capazes de explicarem sua trajetória recente e as projeções perceptíveis. Realizou, assim, um trabalho de cientista do jornalismo.

Melo (1986, p. 10) justificou a “natureza científico-jornalística” da obra como motivo para ser inserida nas bibliografias dos cursos de graduação. Frisou que, mesmo quando editava o suplemento do Jornal do Brasil, “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”, o “Príncipe dos Jornalistas Brasileiros”¹² já demonstrava interesse e competência para “teorizar sobre a sua prática cotidiana e retirar lições capazes de guiarem os novos talentos” (MELO, 1986, p. 12). Por fim, o fato de ter sido convidado

¹² De acordo com Melo (1986, p. 13), esse foi o apelido dado a Dines pelo historiador Alceu Amoroso Lima.

para lecionar em Columbia foi a “legitimação do trabalho de Alberto Dines como cientista do jornalismo” (MELO, 1986, p. 12).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. Alberto Dines: um jornalista inovador. In: MILGRAM, A.; KOIFMAN, F. (Orgs.). **Ensaio em homenagem a Alberto Dines**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.
- _____. Imprensa e Poder Militar. In: **A imprensa em debate**: entrevistas a Moacir Pereira. Florianópolis: Lunardelli/Assembleia Legislativa, 1981.
- _____. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. Um compromisso, uma história, um saldo. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 2 mai. 2006. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-compromisso-uma-historia-um-saldo/> Acesso em: 31 jan. 2018.
- _____. Observação e participação: da física quântica à dinâmica da sociedade civil. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.
- DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. (Orgs.). **A imprensa em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- EGYPTO, Luiz. O jornalista e o engraxate. In: MILGRAM, A.; KOIFMAN, F. (Orgs.). **Ensaio em homenagem a Alberto Dines**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.
- EGYPTO, L.; MALIN, M. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Diário. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19681214&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acesso em: 20 jan. 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo fora de lugar: uma breve história sobre o jornalismo brasileiro. In: MILGRAM, A.; KOIFMAN, F. (Orgs.). **Ensaio em homenagem a Alberto Dines**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.
- MELO, José Marques de. Apresentação. In: **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 1986.
- MILGRAM, A.; KOIFMAN, F. (Orgs.). **Ensaio em homenagem a Alberto Dines**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.
- PROGRAMA Roda Viva. Produção da TV Cultura. São Paulo: TV Cultura, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UbCo-ugid7I> Acesso em: 18 jan. 2018.